Título: Relatório de Consulta Pública

Central Fotovoltaica de Ourique - Ourique II

Autoria: Agência Portuguesa do Ambiente
Departamento de Comunicação e Cidadania Ambiental

Divisão de Cidadania Ambiental
Rita Cardoso

Data: maio de 2022

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO 3

2. PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA 3

3. DOCUMENTOS PUBLICITADOS E LOCAIS DE CONSULTA 3

4. MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO 3

5. ANÁLISE CONSULTA PÙBLICA 4

ANEXO I

- Exposições recebidas

• INTRODUÇÃO

Em cumprimento do disposto no no.º 5 do artigo 16º do Decreto-Lei nº 151-B, de 31 de Outubro, procedeu-se à Consulta Pública do Projeto "Central Fotovoltaica de Ourique - Ourique II".

O proponente é a ISDC – International Solar Development Corporation, SA.

• PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA

A Consulta Pública decorreu durante 30 dias úteis, de 24 de março a 6 de maio de 2022.

• DOCUMENTOS PUBLICITADOS E LOCAIS DE CONSULTA

O Estudo de Impacte Ambiental, incluindo o Resumo Não Técnico (RNT), foi disponibilizado para consulta nos seguintes locais:

- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo
- Câmara Municipal de Ourique

Encontrando-se, também, disponível para consulta em www.apambiente.pt e em WWW.PARTICIPA.PT.

• MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO

A publicitação do Estudo de Impacte Ambiental, incluindo o Resumo Não Técnico, foi feita por meio de:

- Afixação de Anúncios na CCDR-Alentejo e Câmara Municipal de Ourique
- Envio de nota de imprensa para os órgãos de comunicação social;
- Divulgação na Internet no site da Agência Portuguesa do Ambiente e no portal PARTICIPA.PT;
- Envio de comunicação às ONGA constantes no RNOE;
- Envio de comunicação a entidades.

• ANÁLISE DA CONSULTA PÚBLICA

Durante o período de Consulta Pública foram recebidas **4 exposições** das seguintes entidades e particulares:

- Zero – Associação Sistema Terrestre Sustentável
- 3 Cidadãos

A **Zero** refere o seguinte:

- Segundo o EIA, à semelhança do projeto Ourique I, existem projetos que irão reforçar a relevância e magnitude dos mesmos, nomeadamente uma cortina arbórea de proteção e enquadramento paisagístico na orla da periferia da Central numa faixa de 15 metros; pastagens biodiversas semeadas dentro do perímetro da central, com rebanhos de ovelhas de raça campaniça, plantio de ervas aromáticas; centro de investigação; formação técnico-profissional avançada. Contudo a informação não é suficiente para efetuar uma verdadeira avaliação e perceber qual a extensão da área complementar à área da central e quais as suas mais-valias, nomeadamente no que concerne à compatibilização entre as centrais solares e a atividade agrícola.
- Embora seja referido ao longo do EIA que as características do solo da área e os problemas de erosão em questão não serão as melhores para a prática agrícola, não fica justificado que a melhor opção seja a alteração do uso do solo daquela natureza, com uma clara artificialização e perda de funcionalidades agrícolas e ecológicas, dado que a mesma estaria previsivelmente inserida no Bloco de Rega da Messejana.
- É referido que o projeto se encontra totalmente inserido no interior de uma área designada por "Área Programada de Regadio do EFMA – Bloco de Messejana", mas cujo projeto de execução ainda não está aprovado e como tal não existem atualmente restrições. Pela consulta dos atuais mapas da EFMA com as delimitações do perímetro de rega, constata-se que não foi excluída a área de Ourique I, assim como os projetos que se encontram em consulta pública, a Central Ourique II e a Central Bartolomeu Dias.
- É com muita preocupação que se assiste à perda de habitat para espécies ameaçadas como são as aves estepárias. Embora a área em questão esteja fora da ZPE de Castro Verde, a proximidade a esta tem uma enorme influência para aquelas espécies. É referido que, em termos paisagísticos,

a área de implantação atravessa uma unidade de paisagem: Unidade 114 – Campo Branco de Castro Verde, em que o carácter da paisagem resulta essencialmente do suave ondulado de searas, pastagens ou pousios, onde árvores e arbustos não têm presença significativa, dominando assim os espaços abertos e sem assinalável variação espacial. Este é o tipo de habitat preferencial para as aves estepárias, pelo que a salvaguarda de uma área de buffer no limite da ZPE é algo fundamental.

É claro o impacte do projeto sobre a fauna. É referido que ao nível da ecologia, durante a fase de exploração, a Central Fotovoltaica estará em pleno funcionamento, sendo a sua exploração e funcionamento a principal ação geradora de impacte, destacando-se o impacte provocado pela alteração no uso do solo e implantação de uma estrutura não adequada à presença de fauna, sendo este significativo tanto pela magnitude como pela afetação de espécies ameaçadas.

Apenas é referida como proposta uma fase de monitorização, que inclui ações a desenvolver após a entrada em funcionamento do projeto, e que incide sobre a monitorização de aspetos ecológicos, nomeadamente da comunidade de aves.

- Quanto aos impactes cumulativos, é feita uma menção de forma geral tendo em consideração a presença de mais duas centrais solares fotovoltaicas nas imediações, assim como outros dois investimentos um a 7 km de distância e outro que é o Bloco de Rega da Messejana, área onde se insere o projeto.

  A avaliação de impactes cumulativos ficam muita aquém do que seria necessário e tendo em consideração que a concretizarem-se estarão em causa um total de 1 073 hectares distribuídos por três centrais que distam entre si poucas centenas de metros.

Concluindo, refere que o projeto em análise irá degradar a paisagem rural, ocupando terrenos agrícolas com uma importante componente ecológica na manutenção de espécies com estatuto de conservação.

Considera que aquela tecnologia pode ser facilmente instalada em meio urbano e industrial, já ocupados e descaracterizados e degradados por atividades antrópicas, permitindo a produção de energia elétrica junto aos locais de consumo, o que permite reduzir significativamente os impactos ambientais da sua utilização e as perdas no transporte da energia por ela produzida, assim como numa localização mais próxima dos pontos de ligação e/ou recorrendo a linhas subterrâneas minimizando impactes associados.

Por último, considera que seria importante assumir que a implantação daqueles projetos resulta sempre na artificialização do solo.

Refere que Portugal possui já cerca de 5% de território artificializado, pelo que um bom princípio a aplicar seria assegurar o restauro (devolução à natureza) de uma área artificializada degradada de área equivalente cada vez que se implanta nos territórios projetos de caráter industrial.

Face ao exposto, manifesta-se contra a instalação deste projeto.

As **três cidadãs** manifestam-se contra o projeto em análise, destacando-se as seguintes razões:

- Destruição do coberto florestal;
- Impactes na fauna e flora;
- Impactes na paisagem;
- Impactes nos aquíferos, linhas de água e albufeira do Monte da Rocha;
- Proximidade a zonas habitadas.

RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA

Central Fotovoltaica de Ourique – Ourique II

Rita Cardoso

Parecer relativo ao Estudo de Impacte Ambiental relativo à ampliação da Central Fotovoltaica de Ourique – Ourique II

A ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável, com base na consulta dos documentos disponibilizados no Portal Participa, vem por este meio apresentar o seu parecer relativo Estudo de Impacte Ambiental relativo à ampliação da Central Fotovoltaica de Ourique – Ourique II com uma potência de 158,33 MWp, que será localizada em quatro áreas, algumas das quais separadas por via de comunicação. Com uma área de implantação de 248,2 ha incluindo a ocupação aérea dos painéis fotovoltaicos, que será de 72,8 ha, a implantar no interior das Quintas da Cruz da Pedra, Pedra da Anta e do Monte Branco, localizadas na União de freguesias de Panóias e Conceição, no Concelho de Ourique.

O projeto prevê ainda a criação de 14 km de novos acessos em *tout-venant* e a instalação de uma vedação com dois metros de altura num perímetro sobre o qual não é apresentada a extensão.

Prevê-se a produção anual de 357 767 MWh que contribuirá para a não emissão de 132,7 kt de CO_2 para a atmosfera, comparando com a produção de energia equivalente por métodos "convencionais", considerando o combustível mais "limpo" - gás natural.

Face à informação recolhida, apresentamos as seguintes considerações ao estudo:

Ponto um - É referido no estudo que à semelhança do projeto Ourique I, existem projetos que irão reforçar a relevância e magnitude dos mesmos, nomeadamente uma cortina arbórea de proteção e enquadramento paisagístico na orla da periferia da Central numa faixa de 15 metros; pastagens biodiversas semeadas dentro do perímetro da Central, com rebanhos de ovelhas de raça campaniça, plantio de ervas aromáticas; Centro de investigação; Formação Técnico-profissional Avançada. Contudo a informação não é suficiente para efetuar uma verdadeira avaliação e perceber qual a extensão da área complementar à área da central e quais as suas mais valias, nomeadamente no que concerne à tão falada compatibilização entre as centrais solares e a atividade agrícola. A informação apresentada, e sabendo que não faz parte do EIA, seria relevante não para avaliar o projeto em si, mas para perceber o alegado efeito positivo.

Ponto dois - É referido que, em termos de ocupação do solo a área de estudo insere-se sobretudo numa região essencialmente composta por espaços rurais onde predominam as áreas agrícolas (agricultura – 83,47%), intercalados com áreas florestais (florestas – 13,08% e superfícies agroflorestais - 0,36%). As áreas agrícolas predominantes correspondem a culturas temporárias de sequeiro e regadio (80,01%). As áreas florestais são dominadas pelas florestas de resinosas, sobretudo pinheiro manso (5,25%). O projeto implanta-se integralmente em áreas onde ocorrem culturas temporárias de sequeiro e regadio, sendo estas referentes a 96,4% da área de implantação do projeto.

Embora seja por diversas vezes acenado ao longo do estudo que as características do solo da área e os problemas de erosão em questão não serão as melhores para a prática agrícola, não fica justificado que a melhor opção seja a alteração do uso do solo desta natureza, com uma clara artificialização e perda de funcionalidades agrícolas e ecológicas, dado que a mesma estaria previsivelmente inserida no Bloco de Rega da Messejana, antes do pedido de exclusão da área por parte dos proprietários, assim como ecológicas.

Ponto quatro - Segundo o PDM de Ourique, é referido que na área de implantação da Central de Ourique II identificaram-se somente espaços de natureza rural, constituídos por espaços mistos de uso silvícola com agrícola (110,3ha), outros espaços agrícolas (137,6ha), estrutura ecológica municipal (9,6ha) e espaços de exploração de recursos energéticos e geológicos – espaços potenciais (206,1ha). Tendo em consideração o efeito cumulativo com os outros dois projetos solares nas proximidades, que ultrapassam os 1000 ha, terão um impacte negativo nada negligenciável que exige uma avaliação séria, algo que este EIA não apresenta.

Ponto três - É referido que o projeto se encontra totalmente inserido no interior de uma área designada por "Área Programada de Regadio do EFMA – Bloco de Messejana", mas cujo projeto de execução ainda não está aprovado e como tal não existem atualmente não existem restrições. Pela consulta dos atuais mapas da EFMA com as delimitações do perímetro de rega, constata-se que não só foi excluída a área de Ourique I, assim como os projetos que se encontram em consulta pública para a extensão com a construção da central Ourique II e a Central Bartolomeu Dias. Parece-nos estranho que na área delimitada não existia a exclusão dessas áreas na proposta que esteve em consulta pública da "Área Programada de Regadio do EFMA – Bloco de Messejana". Também no TUA emitido no final do ano de 2021, não existe qualquer recomendação para a sua exclusão. Esta parece ser uma situação caricata que, mais uma vez, coloca em causa a seriedade e a utilidade dos processos de consulta pública, as mais das vezes alvo de ardis subterrâneos que não emergem nos documentos apresentados.

Ponto quatro – É com muita preocupação que assistimos à perda de habitat para espécies ameaçadas como são as aves estepárias.

Embora a área em questão esteja fora da ZPE de castro Verde, não deixa de ser verdade que a proximidade a esta tem uma enorme influência para estas espécies. É referido que, em termos paisagísticos, a área de implantação atravessa uma unidade de paisagem: Unidade 114 – Campo Branco de Castro Verde, em que o carácter da paisagem resulta essencialmente do suave ondulado de searas, pastagens ou pousios, onde árvores e arbustos não têm presença significativa, dominando assim os espaços abertos e sem assinalável variação espacial. Esta não é nada mais, nada menos que o tipo de habitat preferencial para as aves estepárias, pelo que a salvaguarda de uma área de *buffer* no limite da ZPE é algo que seria fundamental.

É claro o impacto deste projeto sobre a fauna. É referido que ao nível da ecologia, durante a fase de exploração, a Central Fotovoltaica estará em pleno funcionamento, sendo a sua exploração e funcionamento a principal ação geradora de impacte, destacando-se o

impacte de efeito de exclusão provocado pela alteração no uso do solo e implantação de uma estrutura não adequada à presença de fauna, sendo este significativo tanto pela magnitude como pela afetação de espécies ameaçadas, nomeadamente aves estepárias.

Segundo o estudo, o próprio ICNF informou que, "(...) embora a área de estudo da AIA se desenvolva fora da Rede Natura 2000, concretamente fora da Zona de Proteção Especial (ZPE) de Castro Verde, localiza-se em posição próxima ao limite desta Área Classificada. Face às caraterísticas específicas do território que integra a área de estudo, regista-se que este assumirá uma importância não negligenciável na ecologia das espécies protegidas que ali ocorrem, importância especialmente assinalável para as espécies da avifauna estepária." Sendo ainda referido que "O ICNF (Departamento Regional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade do Alentejo) refere ainda que atendendo a que a avifauna estepária está sujeita a pressões muito fortes decorrentes das alterações de habitat verificadas na última década, com afetação direta do habitat disponível para as espécies, atendendo ainda que são expectáveis impactes cumulativos significativos associados à implementação do projeto, a entidade considera que deverá ser realizada uma caracterização robusta da situação de referência convenientemente articulada com a avaliação dos também já referidos impactes cumulativos."

Não encontramos informação que nos pareça uma avaliação robusta dos efeitos cumulativos. No entanto, o estudo é perentório ao referi que, relativamente à perda de habitat para espécies estepárias durante a construção poderá ser relevante pelo que "considera-se que este é um impacte negativo, permanente, local, certo, imediato, direto, reversível, de magnitude moderada e significativo, devido à afetação de habitat muito favorável para espécies com estatuto de conservação. Acresce que a presença da central fotovoltaica poderá constituir uma barreira ao voo para algumas espécies de aves." É ainda referido que, "para além do efeito barreira é relevante referir o efeito de exclusão provocado pela alteração no uso do solo e implantação de uma estrutura não adequada à presença de fauna, nomeadamente sobre espécies sensíveis à presença de outras infraestruturas, como o Sisão (Silva et al., 2010). Este é um impacte negativo, permanente, local, provável, de longo prazo, indireto, reversível, de magnitude elevada e significativo dada a área do projeto e a possibilidade de afetar espécies de elevado valor ecológico."

Ponto cinco – Quanto aos impactes cumulativos, é feita uma menção de forma geral tendo em consideração a presença de mais duas centrais solares fotovoltaicas nas imediações, assim como outros dois investimentos um a 7 km de distância e outro que é o Bloco de Rega da Messejana, área onde se insere este projeto. Mas como vem sendo apanágio destas avaliações de impactes cumulativos ficam muita aquém do que seria necessário e tendo em consideração que a concretizarem-se estarão em causa um total de 1 073 hectares distribuídos por três centrais de distam entre si poucas centenas de metros, não existe uma verdadeira avaliação do impacte real.

Ponto seis - Estando perante mais um investimento que à luz do investimento em energias renováveis, tem um forte impacte sobre a avifauna estepária, simplesmente é referida como proposta uma fase de monitorização, que inclui ações a desenvolver após a entrada

em funcionamento do projeto, e que incide sobre a monitorização de aspetos ecológicos, nomeadamente da comunidade de aves. Muito pouco para tanto impacte!

Uma vez mais, assiste-se a um projeto que pretende a instalação de um projeto que irá degradar a paisagem rural, ocupando terrenos agrícolas com uma importante componente ecológica na manutenção de espécies com estatuto de conservação.

Esta é uma tecnologia que pode ser facilmente instalada em meio urbano e industrial, já ocupados e descaracterizados e degradados por atividades antrópicas, permitindo a produção de energia elétrica junto aos locais de consumo, o que permite reduzir significativamente os impactos ambientais da sua utilização e as perdas no transporte da energia por ela produzida, assim como numa localização mais próxima dos pontos de ligação e/ou recorrendo a linhas subterrâneas minimizando impactes associados.

Ao mesmo tempo evitar-se-ia a destruição de forma leviana de áreas agrícolas, mesmo que de menor qualidade, assim como investir na capacidade de sequestro de carbono da nossa floresta, um dos principais aliados do combate às alterações climáticas, e que representa um setor fundamental na economia nacional no fornecimento de matéria-prima para a indústria.

Por último, referir que independentemente de se concordar os não com estas duas últimas exigências da ZERO, seria importante assumir que a implantação destes projetos resulta sempre na artificialização do solo. Portugal possui já cerca de 5% de território artificializado, pelo que um bom princípio a aplicar seria assegurar o restauro (devolução à natureza) de uma área artificializada degradada de área equivalente cada vez que implantamos nos territórios projetos de caráter industrial.

Face ao exposto, somos desfavoráveis à instalação deste projeto.

6 de maio de 2022

A Direção da ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável

Dados da consulta

Nome resumido	Central Fotovoltaica Ourique II
Nome completo	Ampliação da Central Fotovoltaica de Ourique (Ourique II)
Descrição	
Período de consulta	2022-03-24 - 2022-05-06
Data de ínicio da avaliação	2022-05-07
Data de encerramento	
Estado	Em análise
Área Temática	Ambiente (geral)
Tipologia	Avaliação de Impacte Ambiental
Sub-tipologia	Procedimento de Avaliação
Código de processo externo	
Entidade promotora do projeto	ISDC - International Solar Development Corporation, SA
Entidade promotora da CP	Agência Portuguesa do Ambiente
Entidade coordenadora	Agência Portuguesa do Ambiente
Técnico	Rita Cardoso

Eventos

Documentos da consulta

EIA, RNT, Aditamento, Anexos	Documento	https://siaia.apambiente.pt/AIA.aspx?ID=3450

Participações

ID 46819 Eduarda Ferreira em 2022-05-06

Comentário:

Quase 40 mil painéis. em 1630 ha. Tocando Reserva da Biosfera e Z.P.Especial. Na vizinhança de povoações. Em território com "recursos endógenos excepcionais", diz o estudo, que atesta a "verdadeiramente extraordinária radiação solar da região, a maior da Europa", capaz até de colocar a zona "no mapa mundial". A "excepcionalidade" do território é exaltada na directa proporção da esperada rendibilidade do recurso ali capaz de ser extraído. Sendo recurso renovável, não deixa de constituir objecto de mineração. Que de mineração se trata. De outro modo, se não dependesse do local de maior teor de pureza, até poderia o projecto ter sede no Pólo Norte. Geografia e clima são determinantes. E, ali, acompanham o avanço da condição de aridez, da desertificação e despovoamento. O

estudo reconhece que o parque fará "alteração da natureza e qualidade do território". E, promessa interessante, assegura que irá "contribuir para a sustentabilidade hídrica do Alentejo". Veja-se esta vontade: num projecto de milhões, comprar os dados da ARHdo Alentejo à APA, por 54 euritos foi impedimento....O bom retorno esperado não está em linha com a patente sovinice de mitigações e compensações locais/regionais , num território "com recursos endógenos excepcionais". É bom perguntar se, para os cerca de 600 habitantes, seus serviços de comunidade e para as 250 famílias não haverá painéis nos telhados com energia "verde" que amenize a maldição das ondas de calor e outros excessos climáticos que ali vão ser benesse para forasteiros.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Geral

Classificação:

Observações do técnico:

ID 46812 ZERO - Associação Sistema Terrestre Sustentável em 2022-05-06

Comentário:

Exm@s Senhor@s, Serve a presente para remeter o Parecer da ZERO relativo à consulta pública em causa. Cumprimentos Direção da ZERO

Anexos: 46812_Parecer_ZERO_Solar_Fotovoltaico_Ourique_II.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 46809 Joana Costa Vilhena de Bessa Campos em 2022-05-06

Comentário:

A aposta em energia produzida a partir de fontes renováveis é imprescindível para fazer face à crise climática em curso e para o cumprimento de metas no sentido da 'neutralidade carbónica' até 2050. Contudo a produção de energia deverá ser maioritariamente uma produção local ou de proximidade (como por exemplo em Comunidades de Energia Renovável previstas por lei), principalmente no que respeita a de origem solar, e não uma produção centralizada em áreas de grandes dimensões que acarreta grandes perdas na distribuição e armazenamento da energia produzida. Projetos da dimensão do proposto acarretam enormes impactos ambientais como a perda de habitats com a destruição de vegetação, abate de árvores na área de implantação, eventualmente árvores com estatuto protecional, e como impactos que acarretam perda de biodiversidade, como a possível morte de aves por eletrocussão nas linhas que transportarão a energia. A proximidade de aquíferos, linhas de água e da albufeira do Monte da Rocha implica impactos significativos num período de seca tendencialmente crescente. Outro impacto fortemente negativo é a alteração e artificialização da paisagem e das áreas rurais. Acarreta assim impactos negativos não só no património natural mas também para a prática da atividade agrícola e pastorícia. Estes impactos negativos só poderão ser elencados com base em estudos técnico-científicos pormenorizados de caracterização dos habitats em causa, de

inventariação das comunidades florísticas e faunísticas, da avaliação do estado ecológico dos habitats. Reforço a minha discordância deste projeto pela sua enorme dimensão, pela proximidade a zonas habitadas, pelos impactos ambientais negativos, e pelo facto de não ser uma aposta no sentido da produção descentralizada de energia.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 46727 Mariana Sousa em 2022-04-29

Comentário:

Em vez de estarem a fazer este tipo de parques deveriam usar os telhados das casa, armazéns ou qualquer outro tipo de infraestruturas e assim manter e aumentar as zonas verdes e seguirmos os exemplos dos países africanos e Países Baixos e assegurar que Portugal não fique como Marrocos. Eu coloquei placa solar pela EDP com esse intuito.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico: